

Considerações sobre a viabilidade de um Externalismo Prescritivo

Dr. Patricia Ketzer¹

27

Resumo:

Historicamente a epistemologia tem definido conhecimento como universal e infalível. Mas a tradição não deu conta de resolver de forma suficientemente satisfatória uma série de questões, dentre elas as objeções céticas. Diante disso, reformulações no conceito de conhecimento e de justificação tem sido admitidas, dando origem a novas abordagens em epistemologia. Entre estas propostas encontram-se as teorias externalistas, das quais a que mais se destaca é o confiabilismo, proposto por Alvin Goldman. O confiabilismo tem como foco a descrição das crenças justificadas, diferentemente das teorias internalistas, que prescreviam condições para justificação. Uma das principais críticas às teorias externalistas é justamente o abandono de uma epistemologia prescritiva. Este trabalho visa apresentar brevemente o externalismo epistêmico, com o objetivo de avaliar quais suas contribuições para os debates sobre justificação, centrando-se, principalmente, na objeção da perda de normatividade, decorrente da característica descritiva da teoria. Será apresentada a resposta que Alvin Goldman formula a essa objeção, para enfim sugerir que o externalismo é capaz de dar conta dos problemas deixados em aberto pela tradição internalista em epistemologia.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia; Justificação; Internalismo; Externalismo; Goldman; Prescrição.

Abstract:

Historically, epistemology has been defining knowledge as universal and infallible. However, tradition could not solve, in a satisfactory enough way, a series of issues, like skeptical objections. Considering it, some reformulations on the concept of knowledge and justification have been accepted, originating new approaches to epistemology. Among these proposals, there are theories of externalism, the most prominent externalist theory is the reliabilism, proposed by Alvin Goldman. Reliabilism focus on the description of justified beliefs, unlike internalist theories which prescribed conditions for justification. One of the main criticisms to externalist theories is exactly the neglect of a prescriptive epistemology. This paper aims at briefly presenting the epistemic externalism, with the objective of evaluating its contributions to debates on justification. We chiefly center our research on the objection of normativeness loss resulting from descriptive nature of the theory. We present Alvin Goldman's answer to this objection in order to, finally, suggest that externalism is capable of solving problems that the internalist tradition of epistemology has left open.

KEYWORDS: Epistemology; Justification; Internalism; Externalism; Goldman; Prescription.

¹ Professora Adjunta da Área de Ética e Conhecimento na Universidade de Passo Fundo (UPF).

A proposta externalista em justificação é decorrente das lacunas deixadas pelo internalismo, uma tentativa de resolver os problemas derivados deste último. Trata-se de uma nova forma de compreender a justificação, na qual o sujeito já não é mais a noção central. O externalismo defende que o agente doxástico não precisa ter acesso às razões para crer. Segundo seus defensores, se as crenças forem geradas por processos confiáveis, a pessoa está justificada. O que causa a crença é mais relevante do que as razões para crer. Muitas vezes o agente doxástico pode ser incapaz de trazer à consciência as razões para crer; no entanto, ele está justificado pois sua crença foi formada por um processo confiável. No externalismo não é necessário que se tenha acesso cognitivo para estar justificado, de modo que as pessoas podem estar justificadas em suas crenças mesmo sem saber dizer por que creem, o que ocorre com crianças.

Dentre as teorias externalistas a que mais se destaca é o confiabilismo, proposto por Alvin Goldman. Na tentativa de oferecer uma alternativa às lacunas deixadas pela tradição, Goldman formula uma teoria que tem o objetivo de descrever crenças justificadas, diferentemente das adotadas até então, que prescreviam condições para justificação.

O confiabilismo é formulado em termos não epistêmicos, para evitar a circularidade presente em muitas definições internalistas. Chisholm (1969) já havia levantado a questão de que as definições propostas pela tradição são circulares, por utilizarem termos epistêmicos para definir conhecimento. Para não incorrer no mesmo erro, os confiabilistas definem justificação a partir de termos naturais. Assim, crenças são justificadas quando produzidas por um ou mais processos confiáveis. Estes processos são “mecanismos psicologicamente mais básicos para formação de crenças” (LUZ, 2005, p. 201).

O conceito de ‘processo’ é aperfeiçoado no decorrer da teoria confiabilista, sendo que inicialmente Goldman considera apenas a definição de ‘processos confiáveis’ para justificação. Para estar justificado a crer basta que as crenças da pessoa sejam oriundas destes processos. Já em *Epistemology and Cognition* (1986), Goldman introduz a importância de conceber a justificação a partir de um conjunto de regras, possibilitando, desta forma, um externalismo prescritivo, ou seja, capaz de prescrever princípios de ações doxásticas. Neste caso, a crença será justificada se for oriunda de um conjunto correto de regras, e este conjunto tem de estar em conformidade com o estado cognitivo da pessoa. Um conjunto correto de regras é definido como aquele que autoriza processos psicológicos básicos, os quais devem dar origem ao maior número de crenças verdadeiras, em contrapartida às crenças falsas (Cf. GOLDMAN, 1986).

Goldman (1988) formula uma distinção entre justificação forte e fraca. Justificação forte consiste em uma crença justificada de modo que a crença é bem formada, através de métodos, processos adequados, apropriados ou convenientes. E, justificação fraca é aquela em que o método não é confiável, ou ao menos não suficientemente, mas a pessoa não acredita que o método não é confiável, nenhum dos métodos que ela crê confiáveis a levaria a acreditar que o método em questão não é confiável, e não há um meio confiável de descobrir que aquele método não é confiável. Neste caso, a pessoa está fracamente justificada a crer, e por ser difícil de atingir uma justificação forte, ela não pode ser considerada responsável por sua crença. Trata-se de *responsabilidade epistêmica*, agentes doxásticos são responsáveis por suas crenças, mas em casos de justificação fraca não poderiam ser considerados culpados, pois não há meios para que cheguem à falta de confiabilidade do método, nestes casos, é desculpável que se creia em algo falso.

O confiabilismo, historicamente, não é prescritivo, isto é, não prescreve princípios de ação conforme os quais se pode obter uma crença justificada. Consiste em uma teoria que descreve as crenças justificadas após elas já terem sido formadas. Assim, aquele que crê não precisa ser capaz de explicitar suas razões, ou sequer afirmar que elas são oriundas de um processo confiável, o que não impede que ele esteja justificado ao crer.

No internalismo, para estar justificado a “crer que p” é preciso “crer que ‘crê que p’”, um segundo nível de crença, no qual o sujeito está consciente de sua crença. Já o externalista não exige a consciência da crença, nem sequer a consciência do processo que a forma. Luz (2005) coloca de forma clara a principal diferença entre internalismo e externalismo: que a justificação da crença se dê por algo interno ao agente doxástico o externalismo pode até aceitar, o que ele nega é que o agente doxástico tenha de ter acesso às razões, ou ao processo justificatório.

Uma das principais críticas dirigidas às propostas externalistas de justificação é a de que delas decorre um abandono da epistemologia prescritiva. Tradicionalmente a epistemologia centrou-se mais em prescrever normas para orientar a aquisição de conhecimento do que em descrever situações de conhecimento, e o externalismo se caracteriza, em geral, pela descrição de crenças justificadas. Em função desta crítica Goldman empenha-se em mostrar que o externalismo também pode prescrever normas relativas às atitudes doxásticas. Segundo ele, o internalismo não é capaz de responder de forma adequada a questão sobre quais atitudes doxásticas são corretas, ou qual o conjunto de atitudes doxásticas o sujeito deve seguir, desta forma, o externalismo apresenta-se como alternativa ao problema.

Considerando que os objetivos da epistemologia sempre estiveram centrados em formular condições para que uma crença seja considerada justificada, e/ou formular *princípios de decisão doxástica* (doravante PDD), Goldman busca uma definição para tais princípios, com o objetivo de formular uma teoria da justificação. Deste modo, evidencia:

Nós podemos representar um PDD como uma função cuja *produção (inputs)*, são certas condições de um agente doxástico – por exemplo, suas crenças, campo perceptual, e memórias ostensivas – e cujos *resultados (outputs)* são prescrições a adotar (ou abster-se) desta ou daquela atitude doxástica – por exemplo, acreditar que p, suspender o juízo com respeito a p, ou ter uma probabilidade subjetiva particular em relação a p (GOLDMAN, 2001, p. 39).

Princípios de decisões doxásticas seriam a(s) norma(s) a serem seguidas para formação de crenças ou outras atitudes doxásticas. Goldman assume dois dos objetivos mais básicos em epistemologia, buscar a verdade e evitar o erro, como critérios para formular o princípio de decisão doxástica.

Na busca por princípios o mais comum é que busquemos algo que possa ser universalizado, ou seja, válido para qualquer um que tenha a pretensão de proferir afirmações de conhecimento. Por isso, o autor assume que o PDD correto seria aquele que produz os melhores resultados possíveis em relação aos critérios colocados, e que produz estes resultados quando aplicado por qualquer ser humano. O PDD correto é o mais desejável possível para qualquer agente doxástico, em vista dos resultados que produz. Trata-se de uma concepção externalista, visto que o princípio é oriundo do mundo externo para ser aplicado pelo agente em suas atitudes doxásticas. Assim, Goldman pressupõe que o melhor PDD para guiar decisões doxásticas seria aquele recomendado por Deus, visto ser onisciente. Um princípio recomendado por Deus resulta em crenças verdadeiras e afastamento do erro (GOLDMAN, 2001).

A epistemologia tradicional, por ser internalista, não aceitaria um PDD ditado de fora. O próprio agente doxástico é que deve formular seus princípios de ação e decisão, por isso, não admitiria um PDD recomendado por Deus. Goldman objeta que para o internalista não importa se o princípio alcança o melhor resultado possível ao buscar a verdade e evitar o erro, basta que seja certificável a partir da perspectiva do sujeito. E exemplifica:

Para ilustrar o ponto, suponha um PDD proposto que consistisse em uma lista muito, muito longa de proposições a serem acreditadas: proposições sobre eventos individuais, estados de coisas, leis da natureza e assim por diante. Crenças nestas condições são prescritas incondicionalmente, independente dos estados cognitivos do agente. Resumindo, as condições de produção para este PDD são um conjunto nulo. Além disso, supondo que todas as proposições prescritas nessa longa lista são verdadeiras. Isto torna este PDD um forte candidato ao PDD correto? Não, em absoluto, de acordo com o internalista. Isso é o PDD que um observador como Deus poderia nos dar, não um tipo que nós legitimamente poderíamos dar a nós mesmos. Mais cautelosamente, se nós estivermos em uma posição de dar aquele PDD a nós

mesmos, isso deve ser por que nós temos usado algum outro PDD mais fundamental, para assegurar o conjunto relevante de verdades. É aquele PDD mais fundamental que deve ser proposto como o PDD genuinamente correto (GOLDMAN, 2001, p. 43).

O argumento de Goldman contra o internalismo se fortalece na afirmação de que este sempre resulta em definições circulares quando tenta caracterizar um PDD. A formulação internalista é a seguinte: “PDD X é correto somente se: nós estamos justificados em acreditar que X é o melhor possível” (GOLDMAN, 2001, p. 44). A busca por um PDD é uma tentativa de formular uma teoria regulativa de justificação, para isso não podemos utilizar termos justificacionais, ou o máximo que conseguiremos é uma definição circular. É este o ponto fraco do internalismo, suas definições sempre pressupõem ‘estar justificado’ e definir justificação em termos de estar justificado é claramente circular.

Mesmo se mudarmos ‘estamos justificados a acreditar’, por ‘temos bases para acreditar’ ou ‘estamos certificado que’, não eliminaríamos a circularidade. E ao substituir apenas por ‘acreditar’, o internalista cairia exatamente no que quer evitar: o PDD correto seria definido “por acaso, por razões errôneas ou por razão nenhuma” (GOLDMAN, 2001, p. 44). O internalista só admite como princípio aquilo que pode ser epistemicamente acessado por nós, por isso não admite a concepção externalista, que afirma, simplesmente, que o PDD correto é aquele que é o *melhor possível* (*optimal*).

Goldman questiona o uso do pronome nós, presente na definição internalista. O que quer dizer este ‘nós’? Se ‘nós’ significa ‘todo mundo’, para X ser o PDD correto todo mundo terá de concordar que X é o melhor PDD possível. Mas, visto que tal consenso é impossível de ser adquirido esse é um requerimento alto demais para justificação.

Uma manobra bastante comum entre internalistas é a relativização do ‘nós’ para ‘S em um tempo t’ (um sujeito em um tempo qualquer), mas é pouco provável que isto seja capaz de resolver o problema. É bem plausível supor que muitas pessoas sequer acreditem que há qualquer PDD que seja *optimal*. Muitos agentes doxásticos, em tempos determinados, não tem em mente qualquer PDD que poderiam tomar como o melhor possível, que produziria os melhores resultados para suas atitudes doxásticas². Isso acarretaria em agentes cognitivos que não creem em nenhum PDD e por isso não tem nenhuma espécie de norma que regule suas atitudes doxásticas. Mas, tal situação é trágica para os internalistas, que sempre defenderam uma epistemologia prescritiva.

2 O termo que Goldman utiliza é de um PDD *optimal*, substituído aqui por ‘*melhor PDD possível*’ ou ‘*PDD que produza os melhores resultados possíveis*’.

Para escapar desta objeção os internalistas teriam de conceber um PDD que não consista em uma crença atual, supondo um estado mental anterior, que permita ao agente doxástico acreditar que X é o PDD correto. Neste caso, o sujeito não precisa ter uma crença atual, que justifica a crença em questão, ele precisa somente ser capaz de acessar a justificação. Mas, o agente doxástico só poderia crer que X é o PDD correto se esta crença fosse formada com base em um PDD correto, visto que crer é uma atitude doxástica, que necessita de um princípio regulador. Supondo que para solucionar isso admitíssemos que X é autoprescritiva, o que acarretaria na seguinte formulação internalista: “PDD X é correta para S em t se, e somente se: se X é aplicado para produções relevantes de S em t, X prescreve a crença em ‘X é *optimal*’” (GOLDMAN, 2001, p. 47).

No entanto, a exigência internalista de que o agente doxástico tem que expor suas razões para crer pode ser um empecilho novamente, pois se o PDD for complexo, será difícil para S explicitar o que ele prescreve, e mais ainda se ele prescreve sua própria capacidade de resultar no melhor possível. Pode haver ainda o problema de mais de um PDD correto contribuir nas produções de atitudes doxásticas relevantes de S em t. E se ocorrer de elas serem incompatíveis entre si, mas ambas demonstrarem *os melhores resultados possíveis* para S em t? Neste caso, elas acarretarão em atitudes doxásticas contraditórias. As reformulações internalistas não conseguem apresentar soluções para os problemas colocados por Goldman, e, portanto não fornecem princípios para as atitudes doxásticas.

Um dos argumentos pró-internalismo justificacional é sua comparação com o internalismo em ética. Se pensarmos em termos de moral, teremos que concordar que não consideramos que uma pessoa agiu moralmente bem se ela não estava consciente de que sua ação era moralmente boa, e só a realizou por acaso, e não por questões morais. Mas se as razões pela qual o autor da ação considera que ela é moralmente boa forem completamente irrelevantes do ponto de vista moral? Daí a exigência de que o agente esteja de posse da justificação que o levou a agir (Cf. DANCY, 1990). Disto o internalismo epistêmico deriva que o agente doxástico só pode estar justificado se ele puder explicitar as razões que justificam sua crença, pois do contrário pode ser que suas razões não sejam capazes de justificar a crença.

Goldman mostra que isso não basta para salvaguardar o internalismo epistêmico, retomando a questão da relativização, e comparando-a ao plano ético. Em ética, se está objetivamente certo quando realmente se satisfazem as condições para certeza moral, e se está subjetivamente certo quando o agente da crença sugere que se está objetivamente certo. “Certeza subjetiva envolve relativização para as crenças e evidências do agente no tempo de

ação” (GOLDMAN, 2001, p. 48). Partindo de tal analogia poder-se-ia comparar a relativização em ética com a relativização em epistemologia. Goldman sugere essa analogia em decorrência da concepção de *certeza subjetiva* ser bastante plausível em Ética.

Antes de aceitar tal comparação precisamos considerar como realmente se dá a certeza subjetiva em ética. Segundo Goldman há duas formas de entendê-la: “(A) Ação A é subjetivamente certa se, e somente se, o agente *acredita* que A é objetivamente certa; ou (B) Ação A é subjetivamente certa se, e somente se, o agente é *justificado* em acreditar que A é objetivamente certa” (GOLDMAN, 2001, p. 48). A partir destas definições o autor mostra que *certeza subjetiva*, em ética, define-se a partir de termos epistêmicos (como certeza), e tomá-la emprestada acarretaria em trazer a circularidade novamente para a definição de PDD correto que buscamos.

O principal argumento do internalismo é o de que a justificação parte de um ponto de vista interno ao agente doxástico. Em decorrência disto, o internalista defenderá que o PDD também tem de ser interno, pois o que regula as decisões doxásticas do agente doxástico tem de ser algo que parte dele próprio. Considerando isto, Goldman propõe a seguinte formulação de PDD correto: “PDD X é correto se, e somente se: X é o PDD apropriado para escolher se a pessoa escolhe um PDD do ponto de vista interno” (GOLDMAN, 2001, p. 50). Esta formulação não garante de forma nenhuma a exigência externalista de que o PDD correto seja o melhor possível, assim, fica mais claro o contraste internalismo/externalismo que Goldman quer explicitar.

Uma objeção que recai sobre o internalismo é que a escolha interna de um PDD, a partir do ponto de vista do agente doxástico, requer um critério. E este critério é ele próprio uma atitude doxástica baseada em uma escolha. Mas que atitude doxástica é essa que permitirá definir o PDD? Os internalistas consideram o ponto de vista interno como um ponto de partida epistemológico, um ponto neutro, já que nenhum PDD foi ainda definido como correto. Entretanto, enquanto não há PDD definido nenhuma atitude doxástica está autorizada, é exigido do agente doxástico que se mantenha neutro.

O internalismo rejeita as atitudes doxásticas oriundas de proposições epistemicamente problemáticas, e quaisquer atitudes doxásticas anteriores ao ponto de partida epistêmico. Goldman expõe que, de um ponto de vista internalista, qualquer proposição contingente é vista como problemática. Frente à dificuldade de encontrar uma atitude doxástica capaz de fornecer o PDD correto, o método cartesiano sugere a *suspensão do juízo*. Entretanto, suspender o juízo não é uma atitude doxástica neutra, e visto que o agente doxástico tem de se manter neutro ela não pode ser admitida antes de definirmos um PDD. O

problema é que, se nenhuma atitude doxástica é permitida nesta fase anterior a escolha do PDD, não há como definir qual o PDD correto.

Mesmo apelando ao critério de maximizar o valor esperado, bastante comum em teorias da decisão, é impossível escolher um único PDD a partir de um ponto de vista interno ao agente doxástico. Supondo que, neste caso, maximizar o valor esperado consiste em escolher um PDD que possui o máximo de valor esperado diante dos critérios epistêmicos de buscar a verdade e evitar o erro. É necessário formular estimativas que indiquem a frequência com que aquele princípio leva a verdade e afasta do erro, só a partir de uma avaliação é que se pode definir qual PDD possui maior valor esperado. Assim, o valor esperado seria avaliado em todos os PDDs e o que se apresentasse como mais eficiente nos critérios colocados seria o escolhido, entretanto, o que acontece é que, por se tratar de um ponto de vista interno, o máximo valor esperado sempre será estimado por alguém (o agente doxástico), sempre será uma probabilidade subjetiva (GOLDMAN, 2001, p. 47).

Para exemplificar o critério de *maximizar o valor esperado*: toda vez que se observa uma série de comportamentos no tempo (dia nublado, nuvens escuras no céu), chove, mas para admitir que essa regra é oriunda de um PDD correto, antes é necessário que se possua uma estimativa da regularidade com que observados tais elementos (dia nublado, nuvens escuras no céu), ocorram tais fatos (chove). É preciso analisar se a adoção deste PDD aproxima da verdade e afasta do erro, e com que eficiência o faz. Será que toda vez que há nuvens no céu e está nublado, chove? Ao menos, na maior parte das vezes? Exige-se uma estimativa para avaliar o valor esperado do PDD, porém nada disso é viável do ponto de vista interno, pois há uma ligação com proposições contingentes, que a perspectiva internalista não permite, visto que são consideradas problemáticas para um ponto de partida que tem de ser neutro.

Goldman mostra que mesmo as proposições oriundas da lógica são problemáticas, e dessa forma não podem ser aceitas a partir de um ponto de vista interno. Deste modo, o internalista não poderia sequer recorrer a eles para formar um PDD, ou qualquer PDD. Para defender este argumento o autor começa por refutar que implicações lógicas possam gerar princípios doxásticos. A implicação “Para qualquer proposição Q e P, se Q logicamente implica P, e você acredita Q, então acredita P” (GOLDMAN, 2001, p. 56) não pode gerar um PDD, pois segundo os internalistas, temos de ser capazes de acessar e explicitar os processos (*inputs*) de formação de nossos princípios. E dificilmente as pessoas são capazes de demonstrar a infalibilidade de uma implicação lógica.

Após analisar as propostas internalistas para formação de princípios de decisão doxástica, Goldman demonstra que a concepção internalista é incapaz de formular um único PDD correto, em contrapartida, o externalismo é capaz de fazê-lo e de fornecer alternativas adequadas às objeções a ele levantadas.

O argumento internalista de que o melhor PDD possível (o princípio de decisão *optimal*), proposto pelos externalistas, não pode ser acessado por aquele que crê não afeta o externalismo. O externalista vai defender que o PDD *optimal* tem como característica a inacessibilidade. Na concepção externalista, o melhor PDD possível pode compartilhar algumas (ou muitas) de suas instruções com outros conjuntos de PDD's. O externalista não nega uma identificação bem-sucedida do PDD *optimal*, admite que se possa concluir que um PDD é *optimal* mesmo sem conferir todos os detalhes corretos. Além disso, a adoção de um PDD muito próximo ao melhor possível (*sub-optimal* nas palavras de Goldman) nos levará na maior parte das vezes a crenças justificadas. A grande maioria de nossas atitudes doxásticas será correta devido a essa aproximação do melhor PDD possível.

E em casos em que, em um dado tempo t , aquele que crê não está de posse de um PDD correto (o melhor possível, ou aproximadamente), outras pessoas podem atribuir-lhe justificção? Segundo Goldman, sem problemas, pois a apreciação que as outras pessoas dão acerca de estar justificado reflete apenas o que elas creem acerca de estar justificado, e não significa estar, de fato, justificado. O internalista poderia argumentar que muitas pessoas tem grande confiança em suas apreciações epistêmicas, e por isso o PDD *optimal* não poderia ser tão difícil de identificar. Mas essa objeção não atinge o externalismo, pois ao observarmos que o uso de certos padrões resulta em erro, é fácil notar que há grande afastamento entre as atitudes doxásticas utilizadas e o melhor PDD possível.

Muitos dos problemas que atacam o externalismo são compartilhados com o internalismo. Por exemplo, se o melhor PDD possível é difícil de encontrar, o que fazer enquanto não estamos de posse dele? Essa é uma questão que o internalismo também não conseguiu dar conta. Preocupações como: “que atitudes doxásticas usamos enquanto não temos um PDD correto?” e “que PDD usamos para encontrá-lo?”, não são problemas exclusivos do externalismo, como mostra Goldman, no decorrer do artigo *The Internalist Conception of Justification* (2001)

Goldman esforça-se por demonstrar que o externalismo pode ser prescritivo, prescrevendo princípios de decisão doxástica formados exteriormente. Mas, defende que o que gera a maior parte dos problemas que não podem ser explicados nem a partir de uma abordagem externalista, nem a partir do internalismo, são oriundos dessa defesa de uma

epistemologia prescritiva. E explica que a aceitação de que processos naturais podem gerar crenças, independente de nossa escolha deliberada, soluciona o problema de como agir enquanto não definimos o PDD correto.

Processos perceptuais automaticamente produzem representações que, ao menos que inibidas por outras cognições, servem como crenças. Similarmente, nós estamos todos em um nível base indutivista. Expectativas baseadas na experiência passada são parte de nossa herança animal. Assim, nós temos meios de formar atitudes doxásticas antes de escolher *princípios* doxásticos. *Hábitos* naturais doxásticos realizam a seleção de *princípios* doxásticos não estritamente necessários. Quando nós vamos escolher princípios doxásticos, essa escolha pode ser baseada em crenças formadas por hábitos doxásticos antecedentes (GOLDMAN, 2001, p. 60).

A proposta de Goldman, de que o PDD resulta de hábitos doxásticos, detém o regresso infinito de PDDs, gerado pela escolha deliberada. Se a escolha do PDD resulta sempre de escolhas de PDDs anteriores, isso vai *ad infinitum*, a não ser que em última instância os PDDs originem-se de hábitos doxásticos.

O que Goldman defende é que no processo de formação de crenças a pessoa adquire suas crenças, a princípio, de processos doxásticos pré-programados a partir dos quais forma crenças acerca do seu ambiente imediato. Posteriormente, a pessoa forma processos de formação de crenças próprios e, diante disso, passa a observar que alguns destes processos conduzem ao erro e outros a verdade, podendo assim avalia-los. De forma que, quando a pessoa acredita que certo evento ocorrerá, e ele não ocorre, ela revê o processo que o formou e o toma como não confiável. Ao passo que, se a pessoa prediz que algo ocorrerá, e isso se dá de fato, por repetidas vezes ela crê em algo que resultará verdadeiro, ela tem um processo de formação de crenças confiável. Segundo Goldman, é através desta distinção que a pessoa passa a fazer, entre processos mais ou menos confiáveis, que começam as apreciações doxásticas. Apreciação doxástica é uma avaliação acerca de se alguém pode ser considerado justificado em suas crenças.

Assim, estar justificado não acarreta em ter acesso às razões que justificam a crença, nem em ser responsável pelas crenças que adotamos, mas depende de que nossas crenças sejam formadas por processos confiáveis. Essa proposta ainda admite uma prescrição parcial, em que a pessoa é capaz de propor ela própria seus princípios regulativos, de forma a evitar os erros que podem ser gerados pelos processos naturais.

Deste modo, a noção de *estar justificado* é posterior às crenças, bem como a concepção de verdade daquele que crê. No internalismo, o PDD e os critérios de verdade têm de ser definidos antes de qualquer crença. Contudo, como argumenta Goldman, sua concepção é mais coerente com a natureza humana, visto que nós temos crenças antes de definirmos e avaliarmos os princípios que as regulam. A proposta de Goldman fornece uma

alternativa ao problema de crenças anteriores ao PDD, nossas crenças anteriores são formadas por nossos processos doxásticos naturais. Além de responder como podemos identificar o melhor PDD possível: através de nossos hábitos doxásticos constitucionais, que nos permitem gerar um PDD e a partir deste buscamos o PDD *optimal* (Cf. GOLDMAN, 2001).

Goldman (2001) propõe um meio termo para os processos doxásticos: alguns processos podem ser deliberadamente escolhidos, enquanto outros são independentes de nossa vontade, não podemos interferir em seu funcionamento. Mas mesmo que tivéssemos apenas processos involuntários, isso não mina nossa capacidade de deliberar acerca de nosso domínio doxástico. Goldman afirma que alguns estados não-doxásticos, podem ser guiados e tem influência indireta nos estados doxásticos. Ele dá como exemplo a busca pela evidência, é um processo coordenado por nós que influencia nossas crenças, a isto o autor denomina *princípios de decisão cognitiva* – PDC.

Para finalizar a questão acerca da possibilidade de regularmos nossas decisões doxásticas: após uma longa análise do internalismo, que sempre defendeu uma concepção regulativa de epistemologia, Goldman mostra que nenhuma proposta que parte do ponto de vista do sujeito é capaz de formular um princípio de decisão doxástica que regule nossas atitudes. Em contrapartida, o externalismo que sempre foi acusado de abandonar a epistemologia prescritiva, é capaz de prescrever tais princípios. Mesmo que nossos processos doxásticos sejam naturais, e em consequência disto não sejamos capazes de deliberar acerca destes, nós somos capazes de guiar nossas crenças e controlar nosso domínio doxástico através de outros processos cognitivos.

Por fim, Goldman (2001) sugere que um contextualismo epistêmico é a alternativa mais viável para identificar o PDD correto, enquanto que para responder qual PDD é o PDD correto, ele afirma que qualquer resposta pode ser viável. Para identificar o PDD correto é preciso partir de um ponto no tempo, considerando o contexto em que o agente doxástico está inserido, ao invés de pressupor noções universais e atemporais, bem como um sujeito epistêmico universal.

Desta forma, o externalismo dá conta da principal objeção que a epistemologia tradicional remete a ele, e apresenta-se como alternativa aos problemas deixados por esta. O externalismo, por não ser centrado na noção de sujeito, não é atacado por tornar o conhecimento privado, também não tem de solucionar o problema da falibilidade da memória, visto que defende que aquele que crê não é obrigado a ter acesso às razões que justificam sua crença.

Questões como regresso infinito e arbitrariedade não são problema, dado que as crenças são oriundas de processos confiáveis, assim a parada não é arbitrária, nem vai ao infinito. Trata-se de uma nova forma de compreender a justificação, em que se considera que o conhecimento é situado no tempo e no espaço, e constituído por seres imperfeitos e falíveis, por isto tem de poder ser revisto e aperfeiçoado.

Uma das principais objeções que a tradição apresenta às teorias externalistas é a de serem meramente descritivas, perdendo o carácter prescritivo próprio das disciplinas filosóficas. Goldman demonstra através dos princípios de decisões doxásticas e do princípio de decisão cognitiva que esta prescrição pode ser mantida pelo externalismo, mas segundo ele, é isto que acarreta a maior parte dos problemas oriundos das teorias internalistas.

As concepções tradicionais de conhecimento e justificação geraram uma série de problemas a serem respondidos pelos epistemólogos, o que acarretou no enfraquecimento das antigas teorias e novas formas de compreender os conceitos de conhecimento e justificação. Diante disto, surgem como alternativa as concepções que abandonam o conceito de infalibilidade e, posteriormente, aquelas que dispensam o acesso cognitivo às razões. O conceito de infalibilidade perde sua força com o enfraquecimento do fundacionalismo. Do mesmo modo o conceito de sujeito, outrora central, perde sua força frente às propostas externalistas. Na esteira destas revisões conceituais passa-se a questionar o ideal de conhecimento universal, e o conhecimento passa a ser considerado como situado no tempo e no espaço. Surgem não somente novas formas de conceber o conhecimento e a justificação, mas respostas alternativas a problemas seculares em epistemologia.

Referência Bibliográfica

CHISHOLM, Roderick Milton. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

DANCY, Jonathan. *Epistemologia contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LUZ, Alexandre Meyer. “Justificação, confiabilismo e virtude intelectual”. *Veritas*, Porto Alegre: vol. 50, 4, 2005, pp. 191-218, p. 201.

GOLDMAN, Alvin. *Epistemology and cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. “Strong and Weak Justification”. In: TOMBERLIN, James. *Philosophical perspectives, 2, epistemology*, 1988. Atascadero: Ridgeview, 1988.

GOLDMAN, Alvin. “The internalist conception of justification”. In: KORNBLITH, Hilary. *Epistemology: internalism and externalism*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.